

PAUTA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deliberará sobre as seguintes matérias, na reunião do dia 25/03/2025, às 10h, na sala de reuniões das Comissões:

1 – PL 42/2025

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto permite que a renovação da carteira nacional de habilitação (CNH) seja feita exclusivamente de modo virtual, desde que o condutor assim o requeira, dispensando o recolhimento da respectiva taxa nesses casos.

A alteração legislativa tem por finalidade modernizar o procedimento e reduzir o seu custo, além de sintonizar com a legislação federal, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

2 – MSV 397/2024

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

A mensagem do Chefe do Poder Executivo proibiu o Projeto de Lei n. 229/2023 aprovado pelo Parlamento Catarinense.

A legislação vetada dispõe sobre a exploração e o uso comercial das faixas de domínio e áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais administradas pelo Estado.

3 - PL n. 458/2024

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

De acordo com a proposta legislativa, a cobrança da tarifa de esgoto sanitário ficará limitada a 80% do consumo de água tratada.

O projeto visa à correção de um problema histórico na cobrança de tarifas de esgoto do estado, conciliando a preocupações econômicas das prestadoras dos serviços de saneamento e o direito do consumidor ao pagamento de tarifa módica.

4 - PL 45/2024

Autor: Deputado Junior Cardoso (PRD)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto estabelece sanções administrativas pela prática de atos discriminatórios contra qualquer pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, religião, convicção religiosa, filosófica ou política, deficiência, condição social, orientação sexual, além de discriminação atentatória aos direitos e garantias fundamentais.

Dentre os atos discriminatórios especificados, estão: i) negar ou dificultar o acesso a serviços públicos ou privados; ii) restringir a entrada, permanência ou atendimento de pessoa em estabelecimentos comerciais e educacionais; iii) impor constrangimento ou tratamento degradante; iv) recusar ou dificultar relação contratual ou de prestação de serviços, entre outros.

Já as medidas administrativas variam desde o pagamento de multa até a cassação definitiva do alvará de funcionamento.

5 – MSV 281/2024

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

A mensagem do Chefe do Poder Executivo proibiu o Projeto de Lei n. 252/2021 aprovado pelo Parlamento Catarinense.

A legislação vetada dispõe sobre a comprovação de residência no estado, que pode ser feita por declaração de próprio punho do cidadão, dispensando outro documento.

6 – PL 8/2025

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)



A proposta premia o bom condutor, assim considerado aquele cadastrado nacionalmente, com a redução de 5% no pagamento do imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA).

O cadastro nacional referido trata-se do Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC), criado com a finalidade de nominar aqueles que não cometeram infração de trânsito sujeita a pontuação nos últimos 12 meses.

7 – PL 51/2025

Autor: Deputado Fabiano da Luz (PT)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta institui o programa sempre alerta, com o objetivo de enviar mensagens de texto para a população, a cada três meses, contendo informação sobre prevenção, identificação e denúncia de abuso sexual infantil, bem como orientações de como proceder em casos de suspeita ou confirmação.

8 – PL 477/2024

Autor: Deputado Fabiano da Luz (PT)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto assegura a obrigatoriedade de realização do exame de sangue CPK nos recém-nascidos na rede pública de saúde para o diagnóstico da distrofia muscular de Duchenne.

9 – PL 213/2022

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto reduz as taxas de segurança preventiva em partidas de futebol, tanto amadoras como profissionais, direcionando a integral arrecadação diretamente aos batalhões da polícia militar que prestam o serviço de segurança nesses eventos.



10 – PL 252/2024

Autor: Deputado Marquito (Psol)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A proposição institui a política estadual das populações atingidas por barragens e empreendimentos similares, assim consideradas aquelas que: i) tiveram perda da propriedade ou posse do imóvel; ii) desvalorização de imóveis em decorrência de sua localização próxima a essas estruturas; iii) perda da capacidade produtiva das terras ou de elementos naturais geradores de renda, direta ou indireta; iv) perda do produto ou áreas de exercício da atividade pesqueira ou manejo de recursos naturais; v) interrupção prolongada ou alteração da qualidade da água, prejudicando o abastecimento; vi) perda de fontes de renda e trabalho; além de outros.

Dentre os direitos previstos, estão: i) reparação integral dos impactos socioeconômicos sofridos; ii) reassentamento coletivo como opção prioritária, preservando laços culturais e de vizinhança; iii) de negociação relativamente às formas e parâmetros de reparação; iv) elaboração dos projetos de melhoria; v) auxílio emergencial nos desastres, além de outros.

11 – PL 550/2024

Autor: Deputado Marquito (Psol)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto institui a política estadual para a primeira infância no estado (PEPI), atingindo as crianças de até seis anos de idade.

O programa será realizado por meio do comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância de Santa Catarina, cuja composição ficará a cargo do Poder Executivo e que terá a missão de assegurar a coordenação e articulação do programa.

Serão áreas prioritárias para a política referida: saúde materno-fetal, segurança e vigilância alimentar e nutricional, educação infantil, enfrentamento à pobreza infantil, convivência familiar e comunitária, assistência social à família e à criança, direito à moradia e à dignidade, cultura da infância (lazer, arte, esporte), mobilidade e acessibilidade, além de outras.

12 – PLC 3/2025

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A proposição reajusta o subsídio dos servidores públicos e dos militares estaduais das carreiras pertencentes às instituições que constituem a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) e a Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social (SEJURI).

13 – PL 22/2025

Autor: Deputada Ana Campagnolo (PL)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

A proposta altera a Lei n. 18.629/2023 para caracterizar como ofensa à religião cristã toda e qualquer conduta praticada em desrespeito aos seus dogmas, tais como: o uso de figuras centrais do cristianismo de maneira incompatível com os valores da dignidade, respeito e reverência que lhes forem historicamente atribuídos; o emprego desrespeitoso dos elementos litúrgicos, ritos e objetos sagrados da fé cristã em contexto contrário a sua finalidade original; a realização de manifestações ou performances em espaços públicos ou privados adjacentes a templos religiosos que tenham como resultado a profanação ou intimidação de práticas ou símbolos religiosos.

A punição pela prática dessas condutas será a devolução das verbas públicas ou privadas provenientes de programas públicos de incentivo à cultura para a realização do evento.

14 – MSV 793/2024

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

A mensagem do Chefe do Poder Executivo proíbe o projeto de lei n. 259/2021, aprovado pelo Parlamento Catarinense.



A lei determina que o abate da onça parda seja indenizado com os recursos do Fundo Estadual de Sanidade Animal (Lei Complementar n 204/2001).

15 – PL 491/2024

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

A proposição garante a permanência de um acompanhante ao paciente do transtorno do espectro autista (TEA) que estiver internado nas unidades de terapia intensiva, em situação de pré e pós-operatório, além de antes e após exames ambulatoriais e em tratamento odontológico em hospitais públicos e privados vinculados ao Sistema Único e Saúde.

16 – PL 428/2024

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta institui o programa de combate o vício em apostas e jogos de azar, denominado “Sem chance para o azar”.

O programa terá por finalidade o combate ao vício em apostas e jogos de azar, bem como às práticas abusivas que incentivem o vício, além do esclarecimento acerca da diferença entre aposta e investimento financeiro. O programa também contempla tratamento específico, a pessoas e familiares portadores desse vício, em centros regionais de referência.

Outra medida será a criação do “Cadastro Anti-Aposta”, no qual a pessoa poderá se inscrever como prova de sua vulnerabilidade, e, assim, passará a receber gratuitamente a cartilha sobre vícios em apostas e jogos de azar, e acesso a canais oficiais de apoio.

Outra medida será o bloqueio em seus equipamentos eletrônicos de dispositivos de publicidade de jogos de azar.

A inscrição no cadastro impedirá que a pessoa nele cadastrada seja alvo de publicidade em apostas e jogos de azar, sob pena de multa e até interdição do estabelecimento.

17 – PL 101/2024

Autor: Deputada Ana Campagnolo (PL)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto suspende a exigência de qualquer licença ambiental para a atividade de mineração em solo catarinense, na hipótese de declaração de estado de calamidade pública.

A inexistência das autorizações ambientais não poderá exceder o prazo de 120 dias.

18 – PL 10/2025

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta obriga a oferta do exame de triagem para o transtorno do espectro autista aos tutores de crianças a partir dos 24 meses de idade nas unidades hospitalares catarinenses que compõe o Sistema Único de Saúde (SUS), com a utilização do teste M-CHAT/R-F.

19 – MSV 69/2023

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A mensagem do Chefe do Poder Executivo proíbe a integralidade do projeto de lei n. 365/2022, aprovado pelo Parlamento Catarinense.

A lei cria o Fundo Estadual de Combate ao Câncer, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo de garantir maior qualidade de vida e saúde a esses pacientes.

A proposta determina que as receitas necessárias à consecução do programa sejam provenientes de parte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), incidentes sobre cigarros, cigarrilhas, charutos, derivados de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos e defensivos agrícolas, bem como de outras receitas.



20 – PL 126/2023

Autor: Deputado Oscar Gutz (PL)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

O projeto obriga a contratação de segurança armada pelas instituições de ensino particular no estado.

21 – PL 364/2024

Autor: Deputado Emerson Stein (PL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposta concede o benefício da meia-entrada aos eleitores nomeados como mesários nas eleições.

A meia-entrada abrange os estabelecimentos, casas de diversão, praças esportivas que promovam lazer e difusão cultural.

22 – PL 369/2024

Autor: Deputado Emerson Stein (PL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposta torna obrigatória a disponibilização de rede sem fio *wi-fi* gratuita aos usuários que estiverem esperando atendimento em hospitais da rede pública e unidades de pronto atendimento no estado.

23 – PL 456/2023

Autor: Deputado Pedrão Silvestre (PP)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A medida institui o plano de incentivo à regularização fundiária das áreas com subdesenvolvimento urbano, definidas na lei como áreas de favela, por meio de conjunto de medidas e instrumentos urbanísticos ambientais, jurídicos, sociais e administrativos.



Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-3112